

Lélia Gonzalez: a confluência entre a vida acadêmica e a militância

Lélia Gonzalez: the confluence between academic life and activism

Marcelo Marques de Almeida Filho^a,
Danielle de Castro Silva Lobato^b, Renísia Cristina Garcia Filice^c

Resumo O presente trabalho é uma construção derivada de discussões e análises sobre o pensamento social e político contemporâneo e se propõe a analisar a vida e a obra da pensadora Lélia Gonzalez, se utilizando de uma abordagem transversal das perspectivas de raça, gênero e colonialidade, o que conforma nosso objetivo geral. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com vistas à construção de um referencial teórico aplicado, realizando, desta forma, uma revisão do estado da arte sobre esta discussão, procurando-se interpretar o contexto no qual a autora se firmou como referência nos estudos raciais e de gênero, mas sem enquadramentos de pesquisa muito rígidos, o que nos permitiu ir além de uma pesquisa puramente descritiva. Por fim, parte-se do princípio de que uma abordagem explicativo-argumentativa e analítica aplicada sistematicamente ao tema deve ser casada com outros aspectos para além dos meios puramente formais de pesquisa, sendo esta a forma escolhida para o desenvolvimento deste estudo.

Palavras-chave Pensamento feminista negro; Lélia Gonzalez; Militância; Política.

Abstract *The present work is a construction derived from discussions and analyzes on contemporary social and political thought and proposes to analyze the life and work of the thinker Lélia Gonzalez, using a transversal approach from the perspectives of race, gender and coloniality, which conforms our general objective. This is a qualitative research, with a view to building a theoretical framework, thus carrying out a review of the state of the art on this discussion, seeking to interpret the context in which the author was established as a reference in racial and gender studies, but without very rigid research frameworks, what allowed us to go beyond a purely descriptive research. Finally, it's assumed that an explanatory-argumentative and analytical approach*

a Doutorando Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mma_filho@hotmail.com/marcelo.filho@ufg.br

b Universidade de Brasília. E-mail: dani.castro.lobato@gmail.com

c Universidade de Brasília. E-mail: renisiacgarcia@unb.br

1 Financiamento: Este estudo foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

systematically applied to the theme must be combined to other aspects beyond the purely formal means of research, being this the way chosen for the development of this study.

Keywords *Black feminist thought; Lélia Gonzalez; Militancy; Politics.*

INTRODUÇÃO

Lélia Almeida Gonzalez (1935-1994), auto apresentável, porque como diz a autora, pessoas negras precisam ter nome e sobrenome -senão pessoas brancas as nomeiam pejorativamente com um apelido à revelia- foi (e continua sendo) uma potência e referência para o pensamento social latino-americano, sobretudo por suas contribuições multidisciplinares aos estudos, movimentos sociais e espaços de discussão sobre raça/etnia, gênero, colonialidade e direitos humanos (GONZALEZ, 2020).

O robusto conjunto de obras de González se alimenta da complexidade das discussões étnico-raciais, interseccionada com gênero e classe, ou seja, sobretudo em relação à situação das mulheres negras, podendo estas reflexões se estender - em alguns casos - às situações de mulheres indígenas na América Latina, especialmente no Brasil. Para embasar essas discussões, a autora estuda a complexidade da formação histórica, política, sociocultural e de outros motes na constituição das sociedades que passaram por processos de colonização e escravização. Entretanto, para além de um debate acadêmico, Lélia González discutiu e propôs não só o desenvolvimento de um pensamento emancipatório e crítico à realidade vivenciada, mas também ações práticas de intervenção e transformação da realidade social, ultrapassando as questões meramente locais e gerando ecos transfronteiriços sobre a complexidade do pensamento, da situação e da mobilização de mulheres dentro de cada realidade nacional ou mesmo em interrelação (ou antítese) com as sociedades circunvizinhas.

Para esta análise, nos interessa uma abordagem transversal sobre os debates envolvendo raça e gênero (em especial a questão da mulher negra dentro e fora do feminismo), ação política, militância e movimentos sociais presentes nos estudos da autora. Visando a construção de um referencial que permita essa abordagem, nos debruçarmos sobre a vida, a obra e algumas das principais categorias produzidas por Gonzalez.

Pretende-se enfatizar as vivências, debates, atuação e produções de Gonzalez. A autora foi uma mulher à frente de seu tempo e não se sujeitou às desigualdades e injustiças sociais em sua trajetória de vida, sendo que ela é tida como uma figura revolucionária, representativa e engajada, fiel à sua linha teórica e prática de ação

e compreensão da realidade negra nas Américas e do Atlântico negro, focada nas possibilidades feministas.

O objetivo geral do trabalho é analisar a confluência entre a vida acadêmica, a militância e a atuação política de Gonzalez, procurando estabelecer tanto uma análise sobre os conteúdos-chave firmados por ela como relacionar essa produção às suas práticas engajadas. De forma específica, objetiva-se: 1) traçar uma contextualização básica sobre a ferida colonial e como isto configurou a ladino-amefricanidade; 2) associar raça, racismo e a incidência da colonialidade sobre as mulheres negras, a partir de uma transversalidade com outros/as autores/as; 3) caracterizar os posicionamentos, peculiaridades, produção e vivência da autora, e; 4) discutir a questão do racismo e do sexismo por sua ótica.

Adotou-se aqui a seguinte problemática: Como os debates sobre colonialidade, raça e gênero contribuíram à conformação intelectual de Gonzalez? Quais tópicos centrais ela aborda? Até que ponto as ações engajadas e como personalidade política influenciaram suas análises? Como e até que ponto Lélia influenciou o pensamento feminista negro e o movimento negro?

Em termos metodológicos, se trata de uma pesquisa qualitativa, de tipo referencial teórico, onde procurou-se desenvolver uma revisão sistemática das ideias centrais da intelectual e uma contextualização sobre a vivência e atuação militante/política da autora, sem, contudo, empreendermos uma profunda análise historiográfica sobre este conjunto de fatores. Dentro do possível, realizaremos a revisão do estado da arte do tema, em perspectiva interpretativa, já que este estudo pretende extrapolar a produção descritiva e promover uma abordagem explicativo-argumentativa, não se detendo aos modelos de pesquisa bibliográfica e documental.

Acrescentando, esta pesquisa se pauta pela ideia de escrevivência de Conceição Evaristo² (2007) que utiliza da escrita como forma de empoderamento de mulheres negras, dando amplitude e visibilidade às histórias e vivências que muitas vezes são silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, a conexão de Lélia, que era além de uma ativista do movimento negro, também do movimento feminista negro, enfatizar a importância de evidenciar as experiências que muitas vezes são vividas de forma coletiva entre mulheres negras e seus impactos na construção social do Brasil.

2 “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p. 21).

Tanto Lélia como Conceição são figuras fundamentais para uma militância política e intelectual. Essas figuras basilares utilizam a escrita como ferramenta de empoderamento e resistência, desta forma, enfatiza-se que este texto possui não só natureza acadêmica como também se pretende instrumentalmente político e militante, haja vista os atravessamentos cotidianamente perpassados pela população negra e a evidente e constante anulação, adoecimento, perseguição, extermínio e exclusão de corpos negros, assim como de outras existências dissidentes/subalternas no Brasil e ao redor do globo.

Também se adota neste texto o princípio da circularidade de Tássio Ferreira (2019), que entende que a produção e aquisição de conhecimento por pessoas negras é circular, isto é, advém de fontes que vão além das informadas pela produção escrita, permitindo aos corpos negros ocupar e retomar os espaços de produção de conhecimento historicamente negados, muitos deles marcados pela oralidade. Além disto, partimos da proposta de estranhamento de Roy Wagner (2010), onde se visualiza a possibilidade de transformação da observação pessoal a partir de novos conhecimentos e de uma autorreflexão sobre nossa posição intelectual e social frente ao que nos propomos estudar. Assim, procura-se aqui o descolamento com o universo puramente acadêmico, de onde esse artigo parte e estamos situado/as, buscando, desta forma, perceber sua formação lógico-estrutural e questionar os desencontros entre realidades, epistemologias e vivências, o que nos permitirá, em tese, nos aproximarmos de uma relação de pesquisa mais comprometida com diferentes e complexas realidades.

Como justificativa, o tema aqui discutido tem sido desenvolvido nas mais aprofundadas discussões e debates das Ciências Humanas e Sociais, se constituindo como objeto de análise central e ponto de formulação de paradigmas, conceitos e teorias ligadas aos estudos nacionais e internacionais sobre raça, gênero, classe e decolonialidade. Não somente, o recente resgate de Lélia Gonzalez e outras autoras negras do Brasil e de outras nações demonstra a persistência de uma resistência na Academia, fortemente influenciada por uma concepção eurocentrada e elitizada de universidade, em incorporar pensadoras/es negros, indígenas, LGBTQIA+ e de outros grupos sociais minorizados. Logo, haja vista o recente processo de universalização do ensino superior brasileiro, sobretudo após promulgação da Lei de Cotas, é presente disputas de narrativa conflitantes no seio do ambiente universitário também pelo fato de a realidade brasileira e latino-americana ser marcada pela continuidade de traços de colonialidade na circulação de ideias, conhecimentos e na seleção das literaturas centrais das áreas de saber (MIGNOLO, 2003).

Este estudo procura ainda tecer contribuições às discussões empreendidas sobre o legado de Lélia. A despeito da numerosa produção sobre suas contribuições, há sempre mais a se desbravar sobre os conhecimentos encampados pela autora, dado que seus ensinamentos ainda não se esgotaram.

Feitas tais considerações, a seguir, realizaremos uma investigação preliminar sobre a questão racial no Brasil e na América Latina e como isto atravessa a vida de mulheres negras, para, a partir daí, analisar a trajetória de Lélia Gonzalez, seu legado, a correspondência com outras autoras negras e suas contribuições para a resistência política e acadêmica antirracista, potente para o foco interseccional de raça, gênero e classe com vistas à transformação social.

COLONIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E OS POVOS LADINO-AMEFRICANOS

Dentro do processo de invisibilização, expropriação, desconstrução da identidade e genocídio do ‘outro’ indígena, em acordo com Todorov (1999), Colombo e outros conquistadores praticaram inúmeras crueldades, atrocidades e arbitrariedades com os povos indígenas, sobretudo impondo-lhes a escravidão e castigos cruéis, como decepamento de membros ou mesmo a morte. Posteriormente, práticas semelhantes foram aplicadas aos povos retirados forçosamente das diversas regiões da África continental e escravizadas em países como o Brasil (as primeiras pessoas negras traficadas chegaram aqui por volta de 1539-1542) (SANTOS; CARVALHO, 2018).

Por conseguinte, arrancada a humanidade e a alma do negro, foi fortificada uma dualidade hierárquica na qual o europeu branco seria o exemplo da civilização e modernidade. A partir dessas brutalidades, a tentativa de apagar, dominar e eliminar pessoas escravizadas, se torna latente (DUSSEL, 1993). Como afirma Fanon (2008, p. 84), “o problema da colonização comporta [...] não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. Esse processo violento acontecia ainda nos navios negreiros em condições desumanas com forte violência física e psicológica contra as pessoas escravizadas, o que gerou, ao longo deste processo, inúmeros prejuízos à constituição identitária dos povos colonizados. Logo, o poder de autonomia e agência foi abalado ao retirar a identidade e autonomia destas pessoas, pois se tirava também a cidadania e, com ela, possibilidades de acesso a direitos. Os povos negro-africanos eram tratados apenas como um objeto de troca e mercadoria, com um filtro e destinação puramente econômica, o que assentou as bases do capitalismo racializado, que se fundou na superexploração dos povos colonizados e recursos das colônias europeias (MARTINS, 2024; ROBINSON, 2021). Isto posto, Fanon

(2008, p. 101) leciona que não é possível dissociar os “ensinamento sobre a situação, os problemas ou as possibilidades dos nativos no período atual”, o que, em outras palavras, conforma os dispositivos da doutrinação, dominação e subjugação dos corpos (CARNEIRO, 2005; DUSSEL, 1993).

Quijano (2005), Grosfogel (2016), Filice et al. (2024) e outros autores também denunciaram a persistência da dominação colonial sobre os países latino-americanos mesmo após suas independências formais, utilizando-se inclusive desta pirâmide racial, denominando-a como colonialidade do poder e do ser. É por esta hierarquização racial a nível global que foi possível, a partir da Europa, se implantar as bases para a hegemonia do sistema capitalista vigente. De acordo com Quijano (2005, p. 117. Editado.):

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Assim, Quijano aponta que a confluência entre a hierarquia racial (diferenciando ‘dominadores superiores’ e ‘dominados inferiorizados’) e o capitalismo e a economia mundial forneceram os fundamentos para a persistência da dominação e a perpetuação da colonialidade, que tem o racismo em sua base. Em complemento, e trazendo a questão da sexualidade, do extermínio e do epistemicídio, Grosfogel assume que:

[...] Há um elo perdido entre o “conquisto, logo existo” e o “penso, logo existo”. Não há condição inerente e necessária para derivar do “conquisto, logo existo” o “universalismo idólatra” (a visão dos olhos de Deus), nem o “racismo/sexismo epistêmico” (a inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres huma-

nos classificados como não ocidentais, não masculinos ou não heterossexuais) do “penso, logo existo”. O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermínio, logo existo” (*Ego extermino*). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial (GROSFÖGEL, 2016, p. 31).

Somou-se a isto ideias como a caracterologia do italiano Cesare Lombroso, à qual atribuía aos miscigenados características negativas, como propensão à vícios, criminalidade e outras, marginalizando a ideia de cruzamento genético interracial. Originou-se aí boa parte das teorias racialistas/deterministas, onde, conforme Andréa Lobo e Euclélia Santos (2018, p. 176), o Brasil multirracializado era constituído da seguinte forma: “Os indígenas foram tomados como a raça primitiva, selvagem e tolerada, [...] os negros foram classificados como a raça indesejada e os europeus como a raça superior, almejada para a formação da jovem nação”.

Este pensamento foi amplamente difundido entre as elites e intelectuais brasileiros, sobretudo após a alforria dos/as escravizados/as. Pois, de acordo com seus formuladores, uma vez que estes se encontravam formalmente livres, não poderiam ser alçados às mesmas condições de poder que os brancos, pois ameaçariam sua supremacia e domínio social, negando aos negros e indígenas o direito à igualdade e mantendo seus privilégios históricos, posta a identificação com o padrão social e intelectual europeu, que remetia aos processos de estabelecimento do liberalismo e aos processos de desenvolvimento industrial, adaptado, claro, à brasileira. Convenientemente, a inferiorização de outros povos pelas vias filosófica e científica atendeu à sanha colonialista europeia, legitimando as novas ondas de colonização europeia na África e na Ásia e a acentuação dos processos de dependência das ex-colônias, o que reflete ainda hoje nos processos de desenvolvimento dos países ditos de Terceiro Mundo (LOBO; SANTOS, 2018).

Avançando-se no tempo, houve ainda a tentativa de se estabelecer a ideia de cordialidade e de (suposta) democracia racial no Brasil, observável na obra de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, algo amplamente questionado e debatido já à época, principalmente por intelectuais ‘mestiços’. Dentre as perspectivas desta visão estava a de desconstrução da ideia de degeneração racial, um abrandamento do histórico de arbitrariedade colonial sobre os povos racializados e construção de um novo modelo de nação e sociedade frente aos países europeus. Formulações ainda mais substanciais procuraram demonstrar o porquê isto é

uma falácia, como os escritos de Abdias do Nascimento (2016) e Alberto Guerreiro Ramos (1965).

Em Guerreiro Ramos (1965, p. 78), assume-se que, “enquanto a exigência do ‘controle social’ supõe o interesse em anular as tensões, conservando a estrutura já estabelecida, a solução dos antagonismos fundamentais da atual sociedade brasileira requer antes a mudança na qualidade de sua estrutura”. Há que se destacar ainda que, conforme Sueli Carneiro (2005), que elabora o conceito a partir da leitura e do conceito de biopoder de Michel Foucault (1979), há um dispositivo de racialidade no qual existem ferramentas de poder, normatização e normalização da hierarquia dos corpos a partir da colonização e dos Estados modernos nacionais. Ou seja, é a condição humana como sinônimo de brancura e que, por consequência, irá redefinir/requalificar todas as outras dimensões humanas e hierarquizar-las conforme elas se aproximem ou se afastem deste padrão, algo que denota as representação construídas em relação ao povo negro e indígena ao longo do período colonial, do qual este dispositivo se beneficiou amplamente.

Logo, “a colonialidade acaba por esconder, negar ou silenciar as narrativas negras e o conhecimento dominante e supostamente universal é imposto”, consolidando, desta forma, um jogo de apagamento e desfavorecimento sistemático para os/as indivíduos/as negros/as, nos campos epistemológicos, ontológicos e de políticas sociais (LOBATO, 2020, p. 32). Ao atribuir ao outro uma identidade negativa, se reiterar sua incapacidade de portar conhecimentos considerados válidos sobre o ponto de vista da tradição ocidental. Essa negação é resultado de ações que visam a limitação do acesso ao conhecimento, objetivando a exclusão da população negra do campo intelectual. A internalização desta identidade, impacta profundamente, conduzindo a uma profecia autorrealizadora que leva à autonegação, à adesão ou à submissão aos valores da cultura dominante.

Os pressupostos de herança colonial, racismo, subalternização e múltiplas exclusões das mulheres negras e indígenas são ponto focal do conjunto da obra de Lélia Gonzales, o que legitima discutir-se estes assuntos, em uma abordagem historiográfica e teórico-conceitual antes de adentrarmos de maneira mais direta os debates levantados pela autora. Ao analisar as ferramentas de exclusão deixadas pela herança colonial é possível construir estratégias práticas para as múltiplas desigualdades que as mulheres negras atravessam.

Desta forma, passemos às discussões sobre a construção da ideia de racismo a partir da constituição da perspectiva de raça (algo que advém da construção colonial) e como isto afeta as mulheres negras.

RAÇA, RACISMO E MULHERES NEGRAS

Em definição ao que caracteriza racismo, a Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância (BRASIL, 2022, p. 01) aponta o seguinte:

Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.

Isto implica dizer que racismo se mostra como uma forma sistemática de discriminação, através de atos conscientes e/ou inconscientes presentes no imaginário coletivo (independem da vontade dos/as sujeitos/as), resultando em desvantagens sócio raciais, segregação e múltiplas violências contra os grupos racializados (COSTA; SILVA, 2017). Além disto, há a questão do preconceito que pode ser lido como uma classificação pejorativa e desumanizadora de determinado grupo social ou indivíduos/as, os estereotipando e assumindo falsas premissas sobre suas características (ALMEIDA, 2020).

Para Mário Theodoro (2022), no Brasil, o racismo é o peso estruturante das desigualdades sociais e pode ser concebido como um sistema ideológico de regras, crenças e valores que naturalizam o fato de que parcela significativa da sociedade vive em condições precárias e isoladas das políticas públicas nas periferias, que, em via de regra, são composta majoritariamente por grupos racializados e de baixo poder aquisitivo. A visão de ‘outros/as’ diferentes, caracterizada pelo racismo, é o que fez com que a desigualdade nascesse e se perpetuasse no seio da sociedade brasileira, refletindo também a realidade latino-americana.

Silvio de Almeida (2020, p. 50), expressa que o racismo decorreu da própria estrutura na qual a sociedade brasileira está ancorada, o que implica dizer que há a normalização da forma na qual “se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo

institucional. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”.

Deduz-se, por consequência, que o racismo penetrou e se reproduziu beneficiado pela especificidade da estrutura social brasileira e com a anuência dos Estados modernos e como fonte do capitalismo global, criando fossos sociais e segregação, conforme permite-se a continuidade das desigualdades étnico-raciais e a reprodução social do racismo, “revestindo-se de características e papéis distintos, discrepantes e hierarquizados entre indivíduos/as, formatando as identidades, ocupações e mesmo o campo educacional e da pesquisa científica”, assim como destacam Filice (2011) e Almeida Filho e Filice (2023, p. 08).

Conforme Almeida Filho e Filice (2023), existe, desta forma, uma relação transversal entre capitalismo (o sistema econômico-financeiro-comercial em vigor), globalização, Estado e as sociedades (sobretudo as que passaram por processos de colonização), segundo relações dinâmicas de antagonismos e de conflitos entre grupos e de acordo com “uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos” (ALMEIDA, 2020, p. 96).

Em acordo com Abdias do Nascimento (2016, p. 122), no Brasil, para além dos órgãos representantes do poder constituído (governos, legislação, instituições de segurança pública, outros), as camadas dominantes (de pele branca) têm à sua disposição ferramentas sofisticadas de controle sociocultural, como o domínio do capital, dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, da produção cultural e das demandas de consumo. Como resultado, “todos estes instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”.

Por sua vez, a ideia de racismo institucional foi construída formalmente a partir da luta do povo negro estadunidense por direitos civis, na década de 1960, por Stokely Carmichael (a.k.a. Kwame Ture) e Charles Hamilton (1992). Destrinchando a definição a este fenômeno, Jurema Werneck (2016) expõe que o racismo institucional e/ou sistêmico é um mecanismo derivado da estrutura sócio-política e econômica, que assegura a segregação seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como motor da discriminação diferenciada dos/as diversos sujeitos/as nestes grupos, conforme marcadores sociais da diferença degradantes (HIRANO, 2019) e práticas institucionais inadequadas à dignidade humana de grupos racializados dentro das nações.

Conforme Werneck (2016, p. 13), “trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a

manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior”. Desta maneira, este desdobramento do racismo estrutural atua em prol da manutenção da organização e das atividades estatais, das ações políticas e da institucionalização da vida pública conforme a hierarquia racial discriminatória, se utilizando de estratégias e mecanismos para privar a parcela racializada da população do acesso a posições de vantagem social e poder, garantindo ainda a reprodução, condicionamento e a indução deste modelo nas áreas da vida privada.

Soma-se a isto o que Cida Bento (2022) chama de ‘pacto narcísico da branquitude’, onde, mesmo que em casos de rivalidades entre pessoas brancas, estas se unem para reafirmar ou manter seu status quo frente às demandas por direitos básicos de grupos sociais excluídos, se utilizando, principalmente, da combinação dos fatores ideológico-culturais e sistêmicos de ‘democracia racial’, ‘cordialidade’ e ‘igualdade’ como fonte para a negação de direitos e autoafirmação de seus privilégios, e para a usurpação de conquistas do movimento negro, como as cotas raciais. Desta maneira, podemos também deduzir que o racismo institucional atua também de forma performática, produzindo e reproduzindo as condutas societariamente excludentes e legitimando as ações segregacionistas do Estado³.

Em termos específicos, Lobato (2020) aponta que a exploração de mulheres negras perdurou após a colonização, se utilizando de práticas racistas de opressão institucionalizadas, hierarquizadas e interseccionais, pois mesmo homens negros e mulheres brancas, eventuais vítimas do racismo e da misoginia, podem compactuar com as relações de opressão que incidem sob elas. Além disto, evidencia que há uma diferenciação no tratamento que a sociedade brasileira confere a mulheres brancas e negras, devido aos traços fenotípicos, seja por um padrão estético que privilegia lábios e narizes finos, cabelo liso e pele clara, seja pela estereotipação e por uma mitificação da fragilidade feminina, no qual supostamente a mulher branca seria mais frágil e a mulher negra mais resistente/robusta, além da hipersexualização da mulher negra (LOBATO, 2020).

Isto evidencia, portanto, o cotidiano de racismo e sexismo e seu impacto na vida das mulheres negras do Brasil e da América Latina, pontos de estudo, debates, contestação e insurgência no âmbito do feminismo negro, que, ao criticar essas dinâmicas de dominação e ao desnaturalizá-las, procura engajar e fortalecer o projeto decolonial, contra hegemônico e contra colonial (LOBATO, 2020).

3 Em relação a esta questão, Werneck (2016, p. 13) reitera que já se “é possível compreendermos que, mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability*”.

Além disto, em acordo com Patrícia Hill Collins (2016), uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista, produzindo análises distintas quanto às questões interseccionais entre raça, classe e gênero.

Contudo, Ângela Davis (2016), assim como Lélia, chama a atenção para a capacidade e para a potência revolucionária da mulher negra, haja vista que ela, a negra, foi capaz de compreender tanto o homem branco, como a mulher branca e o homem negro e, ao longo deste processo, também se auto entender. Ao mesmo tempo, ambas enfatizam que, em relação a mulher negra, destina-se o estigma enquanto trabalhadora doméstica, não apenas uma consequência sócio-histórica, mas algo derivado de projetos de país no período pós-escravidão, nos diversos contextos americanos. Sendo assim, Cardoso traz uma reflexão sobre este tópico, a partir de Lélia Gonzalez:

Segundo Lélia, o engendramento das atribuições “mulata” e “doméstica” teria ocorrido como derivação da mucama, denominação usual no período escravista, originada “do quimbundo mu’kama ‘amásia escrava”. No contexto brasileiro, foi oficialmente redefinida, passando a ser conceituada, no dicionário, por “escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama-de-leite (CARDOSO, 2014, p. 975).

Paralelamente, o mesmo local social seria ‘predestinado’ às mulheres negras dos Estados Unidos. Logo, essa posição social não estava circunscrita ao imaginário coletivo; era consequência da divisão sexual do trabalho tanto lá como nas outras partes das Américas, enquanto resultado dos processos de colonização nos países, baseados em sistemas escravistas de opressão, hierarquização racial e superexploração. Desta forma, uma das principais contribuições de Gonzales e Davis é justamente apresentar ferramentas para compreender, emancipar e combater as múltiplas formas simultâneas de opressão contra estas mulheres. Sobre isto, Davis (2016, p. 99) preleciona que:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria

escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”.

Uma vez que as mulheres negras sofrem com as múltiplas opressões e desigualdades sociais, se tornou irrevogável a necessidade de se enxergar as sociedades que passaram por processos de escravização de uma outra forma, sendo isto algo fundamental para a promoção de mudanças mais profundas e radicais nas estruturas sociais brasileiras e latino-americanas, que são amplamente baseadas no racismo e no sexismo. Ao se organizarem, essas mulheres abalam as estruturas sociais, movimentando-as, conforme ensina Davis (2016). Suas vitórias acabam se tornando a vitória de todas as camadas sociais.

Com bases nestas discussões, caracterizaremos a figura emblemática que Lélia, como alguém que ultrapassou os limites de seu tempo, e para além da sua intelectualidade, se tornou para os estudos sobre raça, gênero e a construção social da América Latina, a partir do legado negro e considerações indígenas, uma referência incontornável.

GONZALEZ: DE EX-BABÁ À INTELLECTUAL, MILITANTE E POLÍTICA.

Sabe qual é o negro mais bonito do mundo? É aquele que tem consciência de suas raízes, de suas origens culturais. É aquele que tem a atitude de quem sabe que é ele mesmo, e não um outro determinado pelo poder branco. Olha só o que os blocos afro de Salvador conseguiram. Apesar de ter citado a Bahia, sou, na verdade, mineira. Nasci em Belo Horizonte. Sou a penúltima de dezoito irmãos filhos de mãe descendente de índios e pai negro. Imagina como eu me sentia na infância quando ouvia as pessoas dizerem que o índio era indolente e o negro pouco confiável? E ainda dizem que no Brasil não existe racismo. Estudar foi uma lenha. Coisa da pobreza. Nos mudamos pro Rio de Janeiro nos anos quarenta. Tive de dar muito duro para poder estudar, mas consegui. Me graduei em História e Filosofia, fiz mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia. Nada mal para uma ex-babá. Antes disso, me casei com um branco, para desgosto da família dele. O choque entre esses dois mundos me despertou para a questão racial. As minhas inquietações me levaram para o movimento negro. A partir daí, o combate ao racismo se tornou minha tarefa principal. Fui uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado. Dediquei minha carreira acadêmica ao estudo das relações raciais no Brasil. Política e teoria precisam se encontrar. E me candidatei a cargos eletivos. Além disso, o seguinte: sou negra e mulher. Isso

não significa que eu sou a mulata gostosa, a doméstica escrava ou a mãe preta de bom coração. Escreve isso aí, esse é o meu recado pra mulher preta brasileira. Na boa. Você quer saber, a cultura negra não é só o samba, o pagode e o funk. Ela está é no “pretuguês” que falamos. Transformou a língua e toda a nossa cultura. Sou Lélia Almeida González. Sou uma cidadã negra brasileira. O negro tem que ter nome e sobrenome (GONZALEZ, s.d. citada por CARNEIRO, 2010).

A partir da fala narrada por Sueli Carneiro (2010), em autodescrição feita por Lélia González em uma de suas entrevistas, é possível se identificar não somente as origens como parte das perspectivas e abordagens de Gonzalez em relação à emancipação da população negra no Brasil e no mundo, em especial das mulheres negras.

Importante ativista, pensadora e escritora brasileira, Gonzalez possui grande relevância frente ao pensamento e à militância feminista e negra no Brasil, tendo recebido diversos prêmios, homenagens (algumas póstumas) e reconhecimento internacional, onde é referenciada pela própria Angela Davis.

Adotou o sobrenome Gonzalez após sua união com o hispano-brasileiro Luiz Carlos Gonzalez e, assim como informa, é marcada pela descendência negro-africana-quilombola e indígena e pelo relacionamento interracial com um homem branco, que, devido às pressões familiares contrárias e outras questões pessoais, suicidou-se. Até então, pelo racismo fortemente enraizado na sociedade e despolitização, renegava, de certa forma, sua origem e se submeteu aos padrões sociais, mas o incidente com o companheiro a despertou para as causas étnico-raciais, tornando esta uma luta pessoal (RATTS; RIOS, 2010).

Sendo mineira de origem e tendo se mudado ainda criança para o Rio de Janeiro, concluiu os estudos básicos no tradicional Colégio Pedro II, mesmo passando por dificuldades. As primeiras ocupações profissionais que conseguiu foram como babá e empregada doméstica, o que denota a vivência das mulheres negras no cotidiano, sobretudo as que compõem a base da pirâmide social. Contudo, não aceitou permanecer sujeita à realidade (RATTS; RIOS, 2010).

Conseguiu concluir o bacharelado em História e Geografia em 1958 e, posteriormente, em 1962, o bacharelado em Filosofia ambos pela Universidade do Estado do Guanabara - UEG (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ), quando passou a lecionar em escolas públicas secundárias no Rio (RATTS; RIOS, 2010).

Em continuidade aos estudos, cursou mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política, com enfoque em etnia e gênero. Também fez cursos livres de Sociologia e Psicanálise (RATTS; RIOS, 2010).

Como professora universitária, lecionou nas Faculdades de Filosofia de Campo Grande (FEUC), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ), no Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, entre outras, exercendo tanto a docência como cargos de diretoria em algumas destas instituições. Além disto, na década de 1970, deu início ao primeiro curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV), se preocupando em cultivar nos/as alunos/as e companheiros/as de militância o pensamento crítico voltado à luta social contra o racismo, o sexismo e outras injustiças (RATTS; RIOS, 2010).

Ao longo do período ditatorial brasileiro (1964-1985), por seu ativismo e intelectualidade, foi uma das pessoas vigiadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), principalmente por compor diversas iniciativas de resistência política ao regime (RATTS; RIOS, 2010).

Sua atuação e produção intelectual é diversa. Podendo ser lida dentro da segunda e terceira ondas feministas (CAROSIO, 2017), onde mulheres negras, de outras etnias e sexualidades questionaram sua representação e visibilidade dentro do movimento, Gonzalez (2011) se preocupou em desconstruir o paradigma dominante, que denominou como feminismo hegemônico, centralizado em mulheres brancas e heterossexuais, de caráter eurocêntrico e liberal.

Sua escrita é marcadamente influenciada por sua ação militante frente ao movimento negro. Desta forma, um ponto marcante da escrita da autora em muitas de suas obras é a utilização de uma linguagem não sujeita aos padrões e regras oficiais gramaticais (um tanto quanto informal para os padrões acadêmicos), portanto, anti-normativa, procurando se utilizar de e visibilizar o legado linguístico dos povos negros e indígenas sujeitos à escravização.

Dentre as discussões que encampa, a descolonização do conhecimento, ou seja, emancipação do pensamento eurocêntrico e também das interpretações do feminismo hegemônico, são pontos importantes de sua obra, pois refuta a ideia de neutralidade epistemológica da ciência (que poderia ser interpretada como parcial, excludente e que invisibiliza contribuições que estão fora dos centros hegemônicos da produção de conhecimento), ressaltando a necessidade de reflexão sobre o uso da linguagem como mecanismo de dominação e manutenção do poder por grupos privilegiados, sendo ainda utilizada como ferramenta de exclusão dos indivíduos

que tiveram as oportunidades de formação intelectual expropriadas historicamente, como negros e mulheres, dado que o sistema educacional é historicamente injusto, sobretudo o de nível superior (GONZALEZ, 1984).

Nisto, em ênfase às contribuições socioculturais e de outras motas à sociedade brasileira, Gonzalez (1984) afirma que, no Brasil, falamos pretuguês, que é o conjunto dos conhecimentos, ensinamentos, tradições e atributos advindos de indígenas e dos povos negro-africanos, trazidos sumariamente para o país no processo de colonização, o que nos diferencia de outras nações e marca a forte influência destes povos na construção do Brasil, para além dos traços branco-europeus, o que marca a identidade brasileira, principalmente na linguagem.

Partindo de uma análise psicanalítica lacaniana, analisa a situação da população negra no Brasil, destacando a dominação, o silenciamento e o racismo estrutural socialmente construído e difundido na sociedade brasileira. Desta forma, pontua que:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianose, etc. e tal (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Esta fala sustenta parte de sua contundente crítica à domesticação do negro na sociedade brasileira e à naturalização do racismo cultural e estrutural, que se mascaram através de uma falsa visão de democracia racial. Aqui, o negro, em especial a mulher negra, ocuparia um lugar de submissão, de menor condição e incapacidade no imaginário criado na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que seria expropriado da realidade por um discurso marcado pela meritocracia em uma sociedade marcadamente desigual e excludente como o Brasil.

Dentre os vários conceitos trabalhados pela autora, o conceito de neurose⁴ cultural brasileira merece destaque, já que Gonzalez o atrela diretamente à questão do racismo, o entendendo como um sintoma desta neurose, que ataca a ideia de associação e pertencimento dos brasileiros a uma América africana, o que denomina como *América ladina*, criticando o nosso distanciamento frente ao pertencimento à América Latina (GONZALEZ, 1988).

A autora assume posição fundamental ao trazer o debate sobre a mulher negra, o machismo e sexismo para dentro do movimento negro brasileiro, a incluindo como peça central no debate. Segundo Gonzalez:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Como ponto fundamental de sua crítica, Gonzalez procura desconstruir o processo de hierarquização de saberes e na construção da cidadania, pois estes seriam não somente produto da classificação racial/étnica da população como também reproduziria a ideia de superioridade e valorização eurocristã, branca, masculina, universalista, racista e sexista presente na sociedade brasileira (GONZALEZ, 1986; 1988; 2020).

Ao se identificar como amefricana, procura construir uma ponte e interligação entre América e África, dada a forte interligação histórica, sociocultural,

4 A linguagem, pela via lacanianiana da psicanálise, é fundamental para a compreensão do empreendimento da autora ao formular categorias como pretuguês, América Ladina e as violências linguísticas, observáveis em discursos quilombolas tornados risíveis pelos intelectuais brancos. Pretuguês, aliás, embasado na herança banto não só no linguajar, mas na estrutura mesma da nossa língua. Os efeitos da exploração da mulher negra também revelam chaves para uma leitura da violência linguística observável no nível do discurso. Lembremos da importância de Lacan para a autora e do estruturalismo de Lévi-Strauss para o psicanalista. Assim, o percurso de Gonzalez pela linguagem passa pela psicanálise, complexificando estruturas linguísticas e passando aos efeitos colonialistas e racistas do uso da linguagem. Não à toa que Frantz Fanon será uma de suas maiores influências. Para o autor, assim como para ela, é também na linguagem que o racismo-colonial se expressa (MACHADO, 2021, p. 02-03).

religiosa, étnico-racial, dentre outras presentes na formação dos povos e sociedades latino-americanas, em especial a brasileira. Em sua crítica, não só evoca um pertencimento racial (uma volta à África) como critica a reprodução das formas de dominação e exclusão dentro dos próprios movimentos sociais, caso do sexismo patriarcal no movimento negro nacional. Propõe a conscientização sobre este problema e um processo de solidariedade entre mulheres (dororidade), sobretudo entre mulheres marcadas pela etnicidade (GONZALEZ, 2011; 1986; PIEDADE, 2017).

Em sua perspectiva, Gonzalez (2011, p. 18) assevera o seguinte:

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM, a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade.

Além de advogar em prol da confluência e interação entre os movimentos sociais (ideia basilar do MNU)⁵, Gonzalez reitera, ao longo de seus escritos, a importância da educação e a necessidade de os grupos dominados produzam seu próprio conhecimento e consciência da realidade, permitindo se perceber como excluídos dos centros hegemônicos, o que os impediria também de se engajar nas

5 Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial foi o nome original do MNU, abreviado para Movimento Negro Unificado apenas em 1979 (MOTTA-MAUÉS, 2009).

lutas políticas por direito e igualdade, com o intuito de atingirem uma verdadeira democracia racial, o que seria possibilitado pelo respeito e institucionalização das liberdades individuais e as transformações sociais rumo a uma sociedade fraterna e igualitária.

A autora, ao longo de sua obra e ativismo partiu da ideia de luta por direitos fundamentais da população negra (em especial das mulheres negras) e luta por igualdade, justiça, reconhecimento e solidariedade.

Relativo a estas questões, entende-se que o movimento negro foi fundamental na mobilização social com vistas à prossecução de direitos civis, políticos e sociais da população negra ao longo da história. A luta do povo negro se caracteriza como vetor a serviço da democracia (e democratização), do reconhecimento dos marcadores sociais das diferenças, combate às desigualdades e para a transformação sociocultural das estruturas sociais desiguais e excludentes como a sociedade brasileira. As obras, o ativismo e a postura dissidente de Gonzalez se mostraram fundamentais e se firmaram como referência histórica, neste aspecto. Em suma, os movimentos sociais são indissociáveis da luta por igualdade, respeito, reconhecimento, políticas públicas e inclusão dos grupos socialmente estigmatizados, o que a autora endossou e encampou.

Esta análise é oportuna em um momento em que, ao redor do globo, houve a ascensão de grupos, instituições e governos conservadores, muitos dos quais tem feito retornar (ou mesmo ingressar) ao debate público temas como racismo, direitos da mulher e feminismo, democracia (e democracia racial), minorias e direitos humanos em geral, o que tem gerado considerável polarização sobre tais pautas, sendo que tais grupos reacionários partem de uma premissa e atuação antiminorias, anti-institucional, antidemocrática e contrária aos direitos humanos, o que se contradiz com a luta, ações engajadas e anseios de Lélia, que prezou por equidade/igualdade social, democracia, emancipação humana e transformação do tecido social.

Gonzalez (2011, p. 17) ainda tece crítica ao imperialismo capitalista e o relaciona ao processo de exploração das populações subalternas, em especial de mulheres etnicizadas, assumindo que “[...] este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano”.

Como militante e política, sua história é marcada por uma trajetória bastante ampla e proativa, sendo que sua atuação frente ao MNU lhe deu projeção e sua militância se deu em várias instituições e frentes, algumas das quais foi membro-

-fundadora. Segundo a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN (2012):

Lélia se destacou pela importante participação que teve no MNU [...]. Em 07 de julho de 1978 em ato público oficializou a entidade em nível nacional. Para ela, o advento do MNU “consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade brasileira na década de 1970”. Ativista incansável, militou também em diversas organizações, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Em Salvador fez-se presente na fundação do Olodum. Sua importante atuação em defesa da mulher negra rendeu a Lélia a indicação para membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Atuou no órgão de 1985 a 1989. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e disputou vaga na Câmara Federal, em 1982, alcançando a primeira suplência. Foi candidata a deputada federal em 1982. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT), por onde se candidatou como deputada estadual, também conquistando a suplência.

Mesmo Lélia não conseguindo adentrar à política institucional em cargo eletivo, se manteve proativa e atuante na vida pública e política, participando do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher até o ano de 1989, e em outras esferas, até 1994, ano de seu falecimento (RATTS; RIOS, 2010).

Podemos constatar, portanto, que para além da sua busca pela construção de um feminismo afro-latino-americano, de uma identidade amefricana e do reconhecimento da importância da população negra e indígena para a construção da história latino-americana, Gonzalez se preocupou em promover ações transformadoras da realidade prática, tanto em suas ações em organizações e movimentos sociais, quanto no cenário político, sendo ainda uma figura importante nas discussões da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sendo também uma das fundantes dos Encontros Nacionais de Mulheres Negras (GARRIDO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar, desta forma, como foi construído o processo de dominação, expropriação, invisibilização e (in) significação das histórias, dos registros, dos saberes, das culturas, tradições e costumes dos povos e civilizações indígenas, processo que se deu no âmbito de um sangrento genocídio, da violação e de toda sorte de arbitrariedades contra o território, os povos e os recursos que aqui já existiam e sobre os povos dominados no continente africano e trazidos forçosa-

mente às Américas, o que acabou também sendo o suporte para a consolidação da modernidade europeia, de onde surgiram mecanismos de dominação cada vez mais complexos que passaram a moldar o cotidiano e imaginário dos povos colonizados, o que subverteu as origens, legado e registros dos povos indígenas que já estavam aqui antes da chegada de Colombo e do legado africano trazido ao Brasil (DUSSEL, 1993).

Soma-se a isto a interpretação enviesada dos povos não europeus, por uma ótica eurocêntrica, marcada pela religiosidade cristã e pelo etnocentrismo colonial branco, que seguiu expresso nas formulações científicas que respaldaram a inferiorização de negros e indígenas (e do próprio ideal de povo brasileiro) frente ao branco europeu. Sob o mesmo ponto de vista, estabeleceram, a partir disto, um eixo articulador entre racismo, machismo e capitalismo, explicitando, assim, o impacto do racismo nas relações de gênero, ótica muitas vezes ignorada pelas feministas brancas e/ou pertencentes às classes abastadas.

De fato, percebe-se que boa parte das autoras brasileiras passaram a refletir sobre a condição da mulher negra a partir de suas próprias experiências e realidades. As relações das posições sociais que a mulher negra ocupa frente a perspectivas racistas são tratadas ao longo do texto a partir de uma análise histórica e sociocultural. Lélia Gonzalez não internaliza em si as ideias racistas coletivas impostas aos indivíduos/as, reescrevendo sua própria história a partir dos impactos do racismo na sua subjetividade, enquanto uma das militantes precursoras da volta do movimento negro brasileiro (duramente reprimido durante a ditadura) e também do movimento negro latino-americano e, quiçá, mundial.

A partir de sua vivência, de seus estudos e análises, o pensamento social brasileiro recebeu grande impacto, nos permitindo repensar os processos de exclusão, violência e atravessamentos múltiplos da questão racial brasileira, sobretudo no que tange à mulher negra. Além disto, Lélia está na base de uma crítica às opressões de gênero, raça e da persistência das feridas coloniais no cotidiano das nações latino-americanas.

Lélia também marca o fato de que a representação do feminismo negro, enquanto epistemologia, é expressa pela realidade e experiência própria das mulheres negras, para além das reproduções liberalizantes que o feminismo branco e eurocêntrico insiste em negar ou negligenciar sistematicamente. Não obstante estabeleça uma conexão entre teoria e prática, Gonzalez foi rejeitada constantemente pela produção acadêmica de inclinação masculina, branca e europeia, mas sua obra tem rompido cada dia mais estas limitações e se perpetuando no espaço acadêmico como símbolo de luta, resistência e brasilidade.

Como ela mesma nos aponta, a produção de conhecimento precisa ser útil, ter um objetivo prático, dialogar com a população atingida e, principalmente, ser um passo para a transformação social rumo à emancipação.

Defendemos, então, a ideia de experiências concretas utilizadas como critério de significado e de credibilidade, para, a partir disto, reivindicar uma produção de conhecimento realmente emancipadora e revolucionária, o que aprendemos com Lélia, mulher, negra, militante e acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ABPN. HOJE NA HISTÓRIA, 1935, nascia Lélia Gonzalez. In: **Portal Geledés** - Instituto da Mulher Negra, São Paulo, fev. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA FILHO, Marcelo M.; FILICE, Renísia Cristina G. Crise do capitalismo neoliberal, desigualdades e o Brasil na encruzilhada. XIX Congresso Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL - Integração em tempos [...], João Pessoa, nov. 2023, **Anais**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AHEvg>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Rio de Janeiro; São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 10.932, de 10 de janeiro de 2022. **Promulga a Convenção interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013**. Brasília: Casa Civil, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Lélia Almeida González (1935 - 1994) (Comunicação Oral). In: **A cor da cultura**. Heróis de todo o mundo. Rio de Janeiro: Fundação

- Roberto Marinho, [1987] 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QEij7sXdJos&ab_channel=VIDEOTECA. Acesso em: 26 jun. 2024.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965–986, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/#>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. **Black power: The politics of liberation**. Rep. & rev. New York: Vintage books, [1967] 1992.
- CAROSIO, Alba. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. In: RODRIGUÉZ, Montserrat Sagot. **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20170828113947/Feminismos_pensamiento_critico.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, trad. Juliana de Castro Galvão, rev. Joaze Bernardino Costa, v. 31, n. 01, jan./abr. 2016, p. 99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- COSTA, Joaze Bernardino; SILVA, Vanessa Patrícia Machado. Racismo institucional e argumentos sobre cotas raciais. **Revista Eixo**, Brasília, v. 6, n. 2 (especial), nov. 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/511>. Acesso em: 15 maio 2024.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. 1492 - **O encobrimento do outro**: A origem do mito da modernidade. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EVARISTO, Conceição Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.) **Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- FANON, Frantz Omar. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: UFBA, 2008.
- FERREIRA, Tássio. **Pedagogia da circularidade afro-cênica**: Diretrizes metodológicas inspiradas nas ensinagens da tradição do Candomblé Congo-Angola. 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30994/1/TESE-PedagogiadaCircularidadeAfroc%C3%AAnica%20%28T%C3%A1ssio%20Ferreira%29.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

- FILICE, Renísia Cristina G. et al. Apresentação - “Caminhar com seus próprios pés” e “pensar com sua própria cabeça”: trilhas da história, resistência(s) e emancipações. In: FILICE, Renísia Cristina G.; JESUS, Leandro S. B. de; LIMA, Redy Wilson; BARROS, Miguel de (org.). **Tecendo redes antirracistas III: entre resistências e emancipações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: A cultura na implementação de políticas públicas**. Autores Associados, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, 2018, p. 435 - 463. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018435/9407>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986.
- GONZALEZ, Lélia Almeida. (1979). Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org).
- GONZALEZ, Lelia Almeida. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia Almeida. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 01, Vitória, [1988] 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=249765>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: Rastreado a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: Fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

- LOBATO, Danielle de Castro Silva. **Contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento decolonial, feminista e anti-racista latino-americano**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas) - Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40706/1/2020_DanielledeCastroSilvaLobato.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.
- LOBO, Andréa Maria Carneiro; SANTOS, Euclélia Gonçalves. **História da África e cultura afro-brasileira**. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.
- MACHADO, Cauê Fraga. Resenha do livro Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos, de Lélia Almeida Gonzalez, org. Flávia Rios e Márcia Lima. **Maná**, v. 27, n. 02, 2021, p. 01-04. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/8dCkDDv4wgsRGP9YJv9dnsK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2024.
- MARTINS, José. **Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista**. São Paulo: UNESP, 2024.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidad, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Introdução ao estudo da razão sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1965.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro: La formación de la tradición radical Negra**. Trad. Juan Mari Madariaga. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.
- SANTOS, Daniela Soares dos; CARVALHO, Tereza Ramos de. A representação do negro escravo na narrativa Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista Humanidades e Inovação**, Unitins, v.5, n. 1, 2018, p. 29-43. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/624/487>. Acesso em: 29 maio 2024.
- THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: Racismo e Branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

- TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A Questão do Outro**. 2. ed. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Trad. Marcela Coelho de Souza; Alexandre Morales. São Paulo: Cosac & Nayf, 2010.
- WERNECK, Jurema. Racismo Institucional. In: Geledés; CFEMEA (coord.). **Racismo Institucional: Uma Abordagem Conceitual**. São Paulo. Ibraphel Gráfica, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.